

# IMPRENSA

## Políticos ridicularizam a proibição do off. E os juristas reclamam: a Assembléia não pode ser secreta.

A idéia do governo de proibir o off e tentar calar suas fontes — seja do Planalto ou dos Ministérios — para evitar o vazamento de notícias está enfrentando forte oposição do PDS e outros partidos: foi ridicularizada pelos políticos. “A censura à imprensa não é apenas uma ameaça na Assembléia Nacional Constituinte. Ela já é um fato concreto e vem sendo largamente praticada com todo o rigor pelo governo”, proclama o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, deputado Delfim Netto (PDS-SP). “Isso é desespero, é cinismo. No momento em que toda a imprensa estava aplaudindo o Plano Cruzado, não queriam saber da fonte, não importava”, lembra o líder pedessista, deputado Amaral Neto, também antigo jornalista.

Já o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, assegurou que não é intenção do governo limitar o acesso da imprensa aos gabinetes e às tradicionais fontes de informação. “Não é diretoria oficial”, disse ele, lembrando as recomendações do presidente José Sarney para que a administração seja transparente. A preocupação, acrescentou o porta-voz, está com as informações que surgem sem uma base que as tornem confiáveis, o que muitas vezes leva o governo a rever programas.

Na sua opinião, os órgãos de comunicação devem sempre se antecipar, para tornar essas informações mais objetivas. Segundo ele, o Palácio não irá expedir releases, e sim notícias que serão produzidas em articulação com todos os setores do governo envolvidos.

Ontem mesmo, no entanto, Frota Neto se antecipou e divulgou os principais trechos da palestra que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, proferiu para os responsáveis pela comunicação do governo em um auditório com acesso vedado aos jornalistas credenciados. O coordenador da palestra, Getúlio Bittencourt, não quis falar com a imprensa, e apesar de muita insistência, sua assessoria ignorou um pedido de entrevista feito pelo Estado. A alegação era de que ele estava fora e não tinha hora para voltar.

### Realismo?

“Mais realistas que o rei, os homens da comunicação do governo parecem se esquecer que o presidente Sarney lança mão dessa prática secular — falar em off — todos os dias, como político experiente que é”, lembra o nosso comentarista político Carlos Chagas.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR), a propósito, atribuiu ao próprio presidente Sarney a notícia publicada esta semana sobre a escolha do novo líder do PMDB: “Tenho um fato concreto a apontar, em que foi usada a figura da fonte, que foi o próprio presidente, na notícia de quarta-feira do *Jornal do Brasil* sobre a liderança do governo”.

Mostrando sua irritação com a decisão do governo de suprimir as fontes governamentais não identificadas, o líder Amaral Neto sugere: “O governo devia dizer: é proibido falar mal de nós”. Para ele, “se o jornal quiser atribuir notícia a uma fonte, o que acontece? Nada. Se não há artigo dizendo que há uma punição, a proibição é inócua. Se eu fosse de O Estado, daria de agora em diante todas as notícias, atribuindo-as a

fonte governamental para ver o que aconteceria. Será que eles processariam o jornal?”.

“Isso me traz à memória tentativa de cercear a imprensa no auge do regime militar, quando era presidente Costa Silva. As restrições à liberdade começam por atos dessa natureza” — observou Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ) e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio.

Mais ofensivo, Delfim Neto diz que o governo da Nova República — palavra que ele pronuncia sempre com uma carga muito grande de ironia — tem se valido de todos os subterfúgios para que os jornais divulguem somente o que lhe é favorável.

Segundo o parlamentar, “nós estamos vivendo uma espécie de ‘Estado Novo’ moderno. A diferença entre o antigo e o moderno, é que o moderno tem muita maquiagem. Mas o governo joga duro com a imprensa para fazer prevalecer suas posições. Com o poder econômico que o Estado tem, isto não fica muito difícil, na maioria dos casos”, salienta o ex-ministro.

Delfim tem razões de sobra para pensar assim. É que, segundo ele, por determinação do Palácio do Planalto, o programa semanal de análise econômica que ele mantinha na TV *Bandeirantes*, foi tirado do ar. Foi um dos “favores” que a empresa teve de fazer ao governo para ter um canal em Brasília (o canal 4).

“Mais o despotismo do atual governo não se limita aos órgãos de imprensa. Longe disto. Ele se espalha”, segundo Delfim, “nos mais diversos setores”. Citou como exemplo a quebra do sigilo da declaração de rendimentos. “Para nós (referindo-se ao seu período de governo) era uma coisa sagrada. Hoje, isso virou brincadeira”.

### Congresso recua

O íntimo inter-relacionamento existente entre a Imprensa e o Congresso foi destacada ontem à tarde pelo 1º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrada

## A principal prioridade dos jornais: liberdade.

*A nova Constituição do Brasil deverá consagrar a liberdade de expressão, revogando dispositivos excepcionais como a Lei de Imprensa, na expectativa do presidente da Associação Nacional de Jornais, José Antônio do Nascimento Brito. Ele coloca a defesa dessa condição como principal prioridade da ANJ para 1987, particularmente em relação à Assembléia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro.*

*Nascimento Brito declara-se satisfeito com o grau de mobilização dos jornais brasileiros em relação à Assembléia, e compara essa situação à do início de 1986, quando a imprensa teve substancial importância para o entendimento das mudanças econômicas que então se implantavam. Observa que a defesa da liberdade de expressão, a ser feita junto aos constituintes, é a principal razão de ser de uma entidade como a ANJ.*

*Essa defesa, aliás, é feita pela ANJ desde sua fundação, e teve em 1986 alguns momentos importantes, como o que reuniu no Brasil — em Salvador — a Sociedade Interamericana de Imprensa, na presença do Presidente da República, José Sarney. Nascimento Brito*



(PMDB-CE), ao dar posse aos novos dirigentes do Comitê de Imprensa da Casa, liderados por Ary Ribeiro, de O Estado de S. Paulo e Rádio Eldorado.

Assinalou o parlamentar que, quando “nuvens negras” alcançam o Poder Legislativo, “quando rolam cabeças de congressistas” a Imprensa também perde a sua liberdade, “ambos são lançados em uma estrada estreita e difícil”. Pedindo que ambos conjuguem seus esforços, Paes de Andrade destacou que “principalmente nesta fase de elaboração de nova Constituição, Imprensa e Parlamento têm importante papel a desempenhar para a restauração do equilíbrio entre os três poderes”.

Os demais integrantes da nova direção do Comitê de Imprensa são os jornalistas Zanoní Antunes, vice-presidente (*Gazeta Mercantil*); Aglaé Lavoratti Guedes, secretária (*Jornal do Brasil*); Tadashi Nakagomi (*Folha de S. Paulo*) e Iolando Antonio Lourenço (EBN), suplentes. Ary Ribeiro recebeu 54 votos contra um para o deputado Ulysses Guimarães.

*ressalta a própria manifestação do presidente, à época, defendendo a liberdade, e valorizando o papel dos meios de comunicação na condução a esse objetivo.*

*Na sua opinião, 1986 e 1987 estão interligados por esse dogma-liberdade de expressão. “Num ano, porque se avançou significativamente nesse sentido; no outro, porque se buscará consagrar esse princípio na Constituição nacional em elaboração pelos deputados e senadores constituintes”.*

*A caminho dessa direção, o presidente da ANJ aponta dois entraves que precisam ser revogados, já que significam a exceção que se impôs ao País e à sociedade por tanto tempo. Um, é a legislação eleitoral vigente; outro, a Lei de Imprensa. A primeira é classificada por Nascimento Brito de “brincadeira”, e de “armadilha contra os próprios políticos, como ficou visto na campanha do ano passado”. Já no segundo caso, o argumento da ANJ em defesa de sua revogação é de que por excepcional, a Lei de Imprensa não se justifica em uma sociedade democrática.*

*“Acho grave que o País, nos últimos 30 anos, não tenha votado com a mesma legisla-*

A Constituinte não pode ser secreta, e sua legitimidade ficará ameaçada se for aprovado projeto destinado a estabelecer normas preliminares para a Constituinte, que prevê a proibição da presença dos jornalistas em plenário, admitiram ontem os juristas Miguel Reale Jr. e Antônio Evaristo de Moraes Filho e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho.

Reale Jr. foi um dos principais responsáveis pela aprovação da proposta para que a imprensa tivesse liberdade plena durante os trabalhos da comissão provisória de estudos constitucionais, impedindo, assim, que a proposta do presidente da comissão, Afonso Arinos, hoje senador pelo PFL do Rio de Janeiro, fosse acolhida e os jornalistas não tivessem acesso às reuniões.

O professor Reale Jr. levantou, inclusive, uma questão: como um plebiscito para a consulta popular sobre o texto a ser elaborado pelos constituintes teria legitimidade sem uma cobertura livre da imprensa?

Ele destacou que a idéia de ser realizado um plebiscito ganha força entre os constituintes, e se for consumada, ele terá de ser autêntico, não poderá ser, então, dirigido ou manipulado como foi o realizado durante o governo João Goulart, para a consulta sobre parlamentarismo, que o presidente da República pretendia ver revogado.

A cobertura dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi, segundo Reale Jr., “de muito bom nível, e contribuiu, na medida em que mostrou as divergências entre os membros da comissão, e com as críticas, para que a própria comissão tivesse uma visão crítica maior, que acabou por beneficiá-la”.

“Os trabalhos da Constituinte só ganham com uma participação direta da imprensa”, disse o professor, que admitiu só poder compreender preocupações com a presença dos jornalistas no plenário da Constituinte por motivos relacionados com o espaço físico, mas que, mesmo assim, “não

podem impedir a cobertura jornalística”.

O jurista ressaltou, entretanto, a posição favorável do presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, a uma ampla cobertura da imprensa dos trabalhos destinados à elaboração da nova Constituição brasileira.

### “Não pode ser secreta”

Outro jurista, Evaristo de Moraes Filho, depois de dizer que a Constituinte não pode ser secreta, afirmou que não se pode impedir a cobertura jornalística do plenário, pois “isso só seria, talvez, cabível discutir, a presença de jornalistas em uma reunião técnica dos constituintes, mas o mais democrático, é que ela seja assegurada”.

“A legitimidade dos trabalhos dos constituintes está diretamente relacionada com a credibilidade e a legitimidade. Eles estão confusos. Debocharam muito de nós, da comissão chamada dos ‘notáveis’. Mas nós permitimos a presença dos jornalistas até em reuniões de comissões. Não houve reuniões secretas”, disse Evaristo de Moraes Filho, que, tal como Reale Jr., não apoiou uma proposta aprovada pela comissão: a que prevê o estabelecimento de censura à imprensa durante os períodos de “estado de alarme” novo nome que a comissão deu ao “estado de emergência” do regime militar e “estado de sítio”.

### Trabalho no escuro

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, disse, ao falar da importância da cobertura livre dos jornalistas durante os trabalhos da Constituinte, que “trabalho no escuro será perigoso”, e condenou qualquer restrição à liberdade de imprensa na Constituinte, afirmando que “a publicidade que a imprensa fará dos trabalhos será o grande instrumento de credibilidade da própria Constituinte”. Ele disse ainda que para a elaboração da Constituição dos Estados Unidos é que houve sessões secretas “mas isso aconteceu no século XVIII”.

Os juristas que falaram ontem sobre as primeiras conspirações contra o trabalho da imprensa na Constituinte afirmaram que vale uma pergunta: a quem interessa tal proposta? Um professor de Direito Constitucional disse que no Brasil há uma tradição de conspirações contra a imprensa.

Ele lembrou que entre as preocupações da comissão que o senador Afonso Arinos presidiu, destacaram-se as propostas para a censura à imprensa.

O professor Reale Jr. foi um dos que se pronunciaram contra a censura à imprensa, mesmo durante crises, “Estado de Sítio” ou em outra ocasião em que se pretenda limitar as atividades dos meios de comunicação. Para ele, ao invés de sacrificar o direito à informação, que “deve ser assegurado aos cidadãos”, pode-se, durante o “Estado de Sítio”, se ele for previsto na próxima Constituição, processar os jornalistas que através de informações comprovadamente inverídicas, contribuírem para o agravamento da crise nacional. O ex-ministro Eduardo Portella também não apoiou a censura à imprensa em quaisquer circunstâncias, e disse que prefere que a imprensa tenha a sua liberdade preservada sempre. Ele foi demitido do cargo de ministro da Educação, no governo Figueiredo, em consequência de uma entrevista.

*ção em todas eleições realizadas”, afirma ele, para quem a Lei Eleitoral deve prever “liberdade total, permitindo que quem quiser anuncie, como quiser, onde quiser”. Já a Lei da Imprensa “não deve existir, simplesmente. O que se deve usar é a legislação ordinária, a legislação penal”.*

*Avaliando o atual quadro nacional, Nascimento Brito considera bom o relacionamento com o governo. E entende que esse relacionamento “não é excepcional porque os jornais têm obrigação de ser críticos, e ninguém gosta de crítica”. Mas ressaltou que a ANJ tem sido tratada com respeito em todos os níveis — administrações federal, estaduais e municipais.*

*Recentemente, a ANJ negociou com o governo federal a volta das regras de mercado como disciplinadoras da comercialização dos jornais. O resultado dos entendimentos foi a liberação dos preços de capa e publicidade, a partir do dia 5 de fevereiro. “Isto tira das empresas jornalísticas a ameaça que as rondava, de sobrevivência e de limitações à liberdade de imprensa, deixando os jornais extremamente agradecidos ao presidente Sarney e ao ministro Dilson Funaro, da Fazenda.”*